

População conquista sua primeira vitória



Grças à mobilização da sociedade e dos trabalhadores da CEDAE, foi marcada para o próximo dia 25 de junho, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado - ALERJ, a votação do projeto de lei 2126/98, que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED. É hora, portanto, de mantermos a mobilização e cobrar dos deputados uma posição contrária às intenções do governo de privatizar a CEDAE, pois se o projeto de lei não for rejeitado nas Comissões Internas da Assembleia, a aprovação da retirada da CEDAE do PED só dependerá da nossa capacidade de pressão junto aos parlamentares. Vamos telefonar aos deputados, enviar telegramas, visitar seus gabinetes, enfim, cobrar deles uma posição coerente com os interesses da sociedade. Vamos cobrar mais compromisso dos parlamentares, principalmente os do PMDB, cujos votos podem garantir a vitória da população. No último dia 9 de junho, já mostramos a nossa capacidade de mobilização, durante a manifestação na Alerj. Vamos ratificar nossa posição aos representantes da população no legislativo, pois quem votar contra a retirada da CEDAE do PED vai ser boicotado nas urnas.

(Página 4)

Associação dos Empregados de
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/
 607 e 902
 Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
 Telefax: 253-7482
 Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
 César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
 Pedro Paulo de Freitas
Advogados
 Sueli Koling Turano
Analistas
 César Lima da Graça
Aposentados
 Edson Bittencourt Rosas
 Elycio Américo M. da Fonseca
 Leon Ambram
 Nacin Chau Cascum
Arquitetos
 Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
 Sérgio Pereira
Demais Categorias
 Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Flávio de Carvalho Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Paulo César Quintanilha
 Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloisio Souza da Silva,
 David Fink e José Carlos Filippo.
 Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira
 e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB:
 12.524/RJ

Diagramação

Argemiro Tinoco

Editoração Eletrônica

Art Laser Ltda

Edição de Junho de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

Justiça suspende efeitos da Lei 087

Ação da prefeitura resguarda a titularidade dos municípios sobre o Saneamento

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro suspendeu, no último dia 8 de junho, até julgamento do mérito, os efeitos da lei complementar estadual 087/97 - que atribuía ao Estado a titularidade de diversos serviços públicos, entre os quais o de Saneamento Básico. Isto significa dizer que dificilmente o governo do Estado conseguirá privatizar a CEDAE, considerando-se que não tem mais legitimidade para leiloar a Empresa.

A informação é do sub-Procurador Geral do município, André Tostes, ao explicar que a decisão foi tomada, considerando-se uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN -, impetrada pela Prefeitura do Rio no Tribunal de Justiça contra o governo do estado, devido a lei 087/97. Tostes disse que até o julgamento do mérito da ação os efeitos da lei estadual estão suspensos: "Este julgamento dificilmente ocorrerá antes de um ou, quem sabe, dois anos. Isto considerando-se que pelos trâmites normais, o Tribunal de Justiça deverá pedir in-

formações à ALERJ sobre a questão e também pareceres do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado".

Segundo o sub-Procurador, o governo do Estado vem ignorando as colocações do município com relação a privatização da CEDAE: "A discussão começou quando o governo do Estado resolveu licitar os serviços de saneamento da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá sem ouvir a Prefeitura, que é o poder concedente do serviço.

Naquela ocasião, explicou Tostes, a Prefeitura afirmou que não concordava com aquela licitação e que queria participar da discussão sobre a privatização dos serviços de Saneamento. O governo do Estado ignorou a Prefeitura e fez aprovar na ALERJ, em dezembro do ano passado, a lei 087/97 - onde determinou para si a titularidade de vários serviços públicos, que envolvem a Região Metropolitana, com o claro intuito de transferi-los à iniciativa privada. De acordo com André Tostes, para se de-

fender, o município entrou na justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 28/98), considerando-se que a Constituição Estadual define que os serviços de interesse local são de autonomia municipal.

No início de abril, o relator dessa ADIN - o juiz Galma Malcher - deu ao município uma liminar suspendendo os efeitos da lei complementar estadual. Dez dias após, no entanto, revogou a mesma, atendendo o argumento do Estado de que já havia uma ADIN sobre a questão no Supremo Tribunal Federal e que, portanto, o Tribunal do Rio não deveria julgar a Ação, ou seja deveria esperar o resultado do julgamento do Supremo.

O município não concordou, e explicou ao Tribunal que a ADIN em julgamento no Rio não inviabilizava a de Brasília e que, portanto, as duas ações poderiam correr paralelamente. Aliás, segundo Tostes, até porque a do Rio estava discutindo a arguição da Constituição Estadual e a de Brasília, a Federal.

Assembleia homenageia o presidente da ABES

O empenho do engenheiro Clóvis Francisco do Nascimento Filho, à frente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - em defesa do Saneamento Básico no país, levou a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE - a prestar uma homenagem ao colega da CEDAE, durante a 26ª Assembléia Nacional da Entidade, realizada em Vitória, Espírito Santo, entre os dias 1º e 5 de junho.

Num discurso emocionado, o engenheiro sanitaria Rodolfo José da



Clóvis Nascimento está encerrando seu 2º mandato na ABES

Costa lembrou a dedicação incansável de Clóvis Nascimento à causa do Sa-

neamento Ambiental e pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira, cujos avanços se devem em muito ao trabalho e ao esforço desse profissional. Prestes a concluir seu segundo mandato na ABES, Clóvis também é diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.

A ASEAC se junta à ASSEMAE nesta justa homenagem ao companheiro de luta da CEDAE, associado da ASEAC e um dos representantes dos engenheiros no Conselho Diretor da Entidade.

Os Tamoios "Escolados"

Passados quatro séculos e algumas décadas, eis que os franceses aportam ao Rio de Janeiro, outra vez. Agora, melhor organizados, com imponência financeira, capaz de submeter pobres aflitos, o que muito nos preocupa. Receberam o beneplácito de seus aliados, os novos "Tamoios". Estes, deixaram-se fascinar, tornaram-se presas fáceis, dada à possibilidade de transformar com insensatez, em dinheiro, o patrimônio público existente no Saneamento Básico. Empreendimentos que não dependeram de um centavo dos cofres do Tesouro Estadual, pois foi desembolsado pelo usuário, através da tarifa.

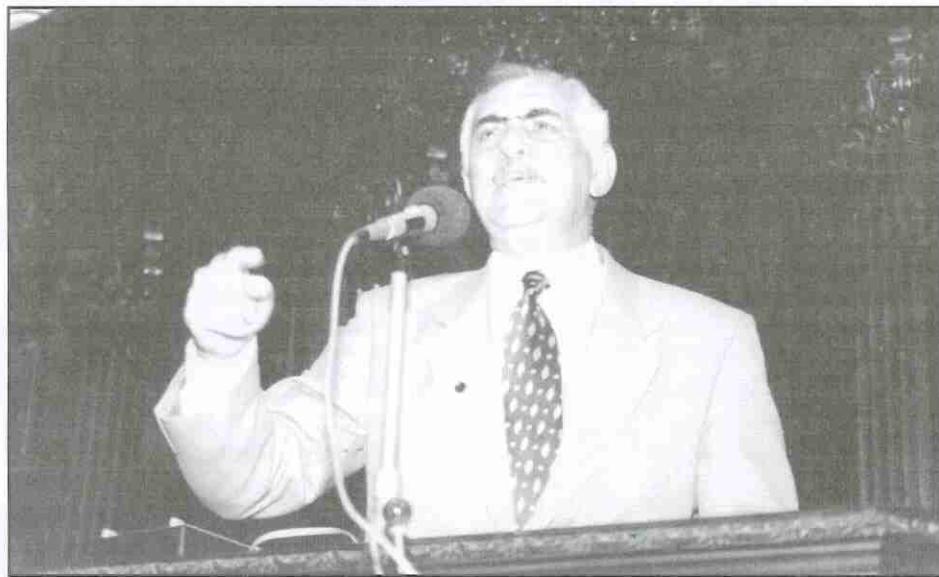
No passado, seus ancestrais, aqui estiveram, tão somente para a ação predatória, revestidos de "bons feitos", contatos a história. E, hoje?

Naquele tempo distante, encontraram os Tamoios como aliados e os exploraram. Eram selvagens e ingênuos. E hoje?

Hoje, os "escolados tamoios" irmanaram-se com os franceses para tentar saciar a ambição, sem ingenuidade!

Há entre os franceses do passado e os franceses contemporâneos, algo em comum - a natureza. Nos idos anos de 1567, tentaram explorar o pau-brasil. Hoje, já exploram uma parte da água mineral e querem toda a água natural. Isto é muito sério!

Já entre os "Tamoios ingênuos" e os "Tamoios escolados", o comum responde pelo aspecto do impatriotismo. Por interesses vis, aqueles e estes, deixaram-se cegar e dão-se as costas ao bem comum da "Terra" e dos "nativos", hoje, em geral, ainda ingênuos, correndo riscos.



Aqui no Brasil, eles já são os donos da água mineral São Lourenço, no circuito das águas minerais, em Minas Gerais. Ao que nos parece, naquelas fontes, as águas continuam fluindo, como há séculos. Entretanto, a Empresa de Águas São Lourenço Ltda - CGC 33062.464/0001-81, importa e distribui, na embalagem original, a água mineral, em lata da marca "PERRIER", originária de "VERGIZE-FRANCE". Por que?

Os franceses hoje formam a FRANCO-BELGA LYONNAISE DES EAUX - gigante das águas. Opera em mais de 120 países, em diversos setores, principalmente, nos de água e de esgoto.

Alçam vôos de reconhecimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro para constatar a pujança do fácil

lucro ou do lucro certo. Com o seu império econômico, querem arrebatar o monopólio das águas, também, aqui.

Têm-se estendido às outras todas Metrópoles brasileiras, com o mesmo fito. Já estão bem próximos de abocanhar 15% da privatização da Sabesp, em São Paulo. Certamente, se concretizado, o intento representará o maior contrato do setor no mundo.

É preocupante essa escalada consentida. Dá-nos a impressão de que nos querem submeter à colonização desumana, em tempos modernos. Imagina o monopólio que é a água, da qual não podemos prescindir para sobreviver, nas mãos de um império econômico internacional, especulando o lucro selvagem! Gente! Não é só o Rio de Janeiro. Todo o

Brasil, em suas Metrópoles, está sendo levado a isso pelos nossos governantes insensatos.

A água sempre inspirou proteção. Tem sido comum a ocupação de reservatórios na ocorrência de riscos de vandalismos ou de posse por fanáticos. Por isso, sempre entendeu-se que a água era uma questão de segurança nacional.

O que mudou? Há diferença de riscos? A privatização da água pelo lucro é diferente da barganha imposta por um vândalo ou fanático? Não. Claro que não. Ambos são males indesejáveis e inaceitáveis. Estavam certas aquelas prevenções. Errado é a perda dessa noção de segurança.

A água não é produto econômico. Não deve ser explorada como negócio. É uma necessidade orgânica, independente do poder aquisitivo. Por isso é um encargo do governo, o Saneamento Básico. Pior ainda se submetida ao poder internacional que só quer entrar com o capital, não trazendo "Know How".

Estamos resistindo. Temos o Poder Judiciário como fiel da legalidade. Faltam cinco meses. Eles, os "Tamoios escolados" irão perder o mandato. Nós montaremos oficinas. Da sucata deixada, transformaremos o Saneamento Básico no que há de mais moderno em organização para levar

a nós mesmo, sociedade usuária, a eficácia e, consequentemente, a eficiência, numa performance, que, no passado recente, já nos deu a posição de salvaguarda do Saneamento na América Latina.

Dario Mondego
Presidente

"Resistência" continua

Nova Diretoria e Conselho Diretor da ASEAC tomam posse dia 1º de julho

A luta que a direção da ASEAC vem travando em defesa da preservação do Saneamento Básico na esfera pública e, consequentemente, a resistência contra o esfacelamento da CEDAE, a segunda maior companhia do setor no país - vai continuar cada vez mais forte. Foi eleita, no dia 18 de junho a nova Diretoria Executiva e o Conselho Diretor da ASEAC, para o biênio 1998/2000.

Numa demonstração de consenso e união, os associados compareceram em massa para a votação, que durou todo o dia, reconduzindo ao cargo o atual presidente, Dario Mondego, que encabeçou a chapa única - denominada "Resistência" - e o vice, engenheiro Nelson Portugal, para a nova Diretoria Executiva. Para o Conselho, foram eleitos 19 candidatos nas diversas categorias.

Um total de 157 eleitores compareceu às urnas para votar, segundo apurou a Comissão Eleitoral encarregada da organização do pleito, formada pelos companheiros Ulysses Gomes dos Santos (Presidente), Therezinha M.V.Helde dos Santos (1ª Secretária) e Sandra Maria F.G. Estrada (2ª Secretária). Houve 11 votos em branco, um nulo e 154

confirmações na "Chapa Resistência". A presença feminina marcou sua liderança entre os novos conselheiros e a engenheira Maria Carmem Almeida foi o nome mais votado para o Conselho Diretor, com 83% das preferências (130 votos), seguida do companheiro Clóvis Francisco do Nascimento Filho, com 80% (124 votos).

Os candidatos eleitos para a Diretoria e Conselho deverão tomar posse durante solenidade marcada para as 19 horas do próximo dia 1º de julho, seguida de um coquetel para os convidados.

A relação dos eleitos para a Diretoria Executiva e Conselho Diretor é a seguinte:

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente - Dario Mondego
Diretor Vice-Presidente - Nelson Martins Portugal
Diretor Administrativo - Edson Reis da Silva
Diretor Financeiro - César Eduardo Scherer
Diretor de Comunicação - Paulino Cabral da Silva
Diretor Técnico - Flávio Guedes

Diretor Social - Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados - Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto - João Benedito Lorenzon de Mello

CONSELHO DIRETOR:

Representante dos Administradores (votar até UM)
Sérgio Rego Rodrigues

Representante dos Advogados (votar até UM)
Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas de Sistemas (votar até UM)
César Lima da Graça

Representante dos Arquitetos (votar até UM)
Júlio Celso Bragança Gil

Representante das Demais Categorias (Votar até UM)
Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores (votar até UM)
Sérgio Pereira

Representante dos Economistas (votar até UM)
Pedro Evandro Ferreira

Representantes Sócios Aspirantes (votar até UM)
Júlio César de Oliveira Antunes

Representantes dos Engenheiros (votar até CINCO)
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Jonathas Ferreira Filho
Márcio de Melo Rocha
Renato Guerra Marques

Representantes dos Aposentados (votar até CINCO)
Armando Costa Vieira
Edson Bittencourt Rosa
Eliana Glória Peixoto
Leon Ambram
Maria Carmem M. M. Almeida

Quem votar com Marcello Alencar na Alerj vai afundar com ele nas urnas

Até o PSDB já admite votar contra o governo

Os parlamentares que votarem contra o projeto 2126/98, que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED -, no próximo dia 25 de junho, ou boicotá-lo nas Comissões Internas da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj - podem se preparar para pagar caro nas próximas eleições, pois a sociedade está mobilizada no sentido de denunciar esses deputados e cobrar nas urnas o preço da falta de compromisso com os interesses da população.

A demonstração disso já foi dada no último dia 9 de junho, na porta da Casa Legislativa, quando mais de 1500 pessoas participaram de um Ato Público organizado pelo Sindicato dos urbanitários e por entidades representativas do setor de Saneamento - entre as quais a ASEAC - com o objetivo de pressionar os parlamentares favoráveis à privatização da CEDAE a reverem suas posições. Representantes de associações de moradores, líderes sindicais e de entidades de classe, estudantes, trabalhadores, deputados estaduais e federais se misturaram às centenas de pessoas que vieram em ônibus fretados de todos os cantos do Estado (Campos, Macaé, São Fidelis, Rio Bonito, Magé, Baixada Fluminense etc.), para trazer seu protesto contra a venda da CEDAE.

A demonstração de força dada pela



Sindicalista marca no painel o nome do Deputado Ricardo Gaspar, que proclamou seu voto contra o governo, no carro de som

sociedade começou a surtir efeito na hora. Tão logo os manifestantes começaram a se concentrar em frente às escadarias da ALERJ, por volta das 16 horas, portando faixas e cartazes, diversos deputados - de oposição e do bloco

de sustentação do governo, como o PFL, por exemplo - começaram a se manifestar, juntamente com trabalhadores e as lideranças presentes, reafirmando sua posição contrária à privatização da CEDAE. A grande surpresa foi o deputado Ricardo Gaspar, do PSDB, que fez questão de se pronunciar contra o governo Marcello Alencar, autorizando o registro do seu voto no painel colocado pelo Sindicato dos Urbanitários na entrada do saguão da ALERJ, para registrar a intenção dos parlamentares na votação do projeto que retira a CEDAE do PED.

Enquanto isso, um grupo de líderes de entidades e dos Sindicatos presentes alternava seus pronunciamentos do alto de um carro de som entre idas e vindas ao interior da Assembléia, na tentativa de obter uma definição do presidente da Casa, Sérgio Cabral Filho, quanto a data da votação do projeto de lei de retirada da CEDAE do PED. Por sua

vez, pelos corredores da Alerj, o líder do governo, deputado Paulo Melo (PSDB), visivelmente contrariado, esbravejava contra os deputados da oposição, acusando-os de estarem apenas procurando palanque, "pois nada daqui-

lo tinha o menor sentido", afirmava.

A direção da ASEAC aproveitou a forte concentração popular, para distribuir um manifesto intitulado "Luta Pela Cidadania - Saneamento, Direito de Todos", denunciando a falta de transparência no processo e convocando a sociedade a cobrar dos parlamentares os seus direitos de cidadãos. No documento, a ASEAC lembra os problemas que a população enfrenta até hoje, por causa da privatização da CERJ e da Light, e adverte para os transtornos ainda maiores que a gestão privada do abastecimento de água poderá trazer aos consumidores, tendo em vista o fato de que se trata de um produto essencial à vida humana.

Durante o Ato Público, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, passou aos presentes um informe que acabara de receber, sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de suspender os efeitos da Lei Estadual 087/97, que transfere o poder concedente de vários serviços públicos dos municípios para o Estado. Em seguida, o presidente do Sindicato dos urbanitários, Luís Carlos de Oliveira, agradeceu o empenho da direção da ASEAC, elogiando o trabalho dos técnicos e a liderança que vem sendo exercida pelo presidente da ASEAC na luta contra a entrega do Saneamento Básico pelo governador do Estado ao setor privado.

Privatização preocupa os prefeitos da Baixada

Os prefeitos dos municípios localizados na Baixada Fluminense estão preocupados com futuro do Saneamento na Região e com o que poderá significar a privatização dos serviços na Região, principalmente depois que o governo do Estado conseguiu aprovar, em novembro do ano passado, na Assembléia Legislativa, a Lei 087, que retira dos municípios a prerrogativa constitucional de Poder Concedente de vários serviços públicos, inclusive o Saneamento.

Esta preocupação foi revelada ao presidente da ASEAC, Dario Mondego, durante encontro realizado na sede da Associação dos Prefeitos da Baixada, em Vilar dos Teles, São João de Meriti, para discutir o risco da privatização da CEDAE na Região Metropolitana, pelo governo Marcello Alencar, a exemplo do que fez com outros serviços públicos, como o Metrô, a Light e a Cerj, trazendo sérios transtornos para a população.

No encontro, a direção da ASEAC

levou ao presidente da Associação, o prefeito de Paracambi, Rogério Ferreira, uma cópia do documento detalhando o modelo de gestão descentralizada que a Entidade vem propondo ao governo do Estado, com o objetivo de reestruturar a CEDAE, que prevê a participação dos municípios, Rogério Ferreira mostrou-se interessado e chegou a propor o estudo de mecanismos destinados a criar uma correlação de forças entre os municípios, os trabalhadores e o Estado, atra-

vés da ampla participação desses segmentos na gestão da empresa. Para ele, é importante que todos se unam para garantir o patrimônio da CEDAE nos municípios e chegou a sugerir que os empregados adquiram ações da Companhia, através de sua entidade de previdência, a PRECE, para preservar parte do capital da Empresa (49%) e garantir uma participação efetiva nos destinos da empresa. Na opinião do prefeito da Baixada, os demais 51% devem ficar nas mãos do Estado.